

Primeiras impressões

GERALDO FORBES

Depois da grande festa, a ressaca. O País começa — apenas começa — a cair na real. Ainda é cedo para analisar todas as lições do pleito mas já é tarde para lamentar — mesmo sem saber neste momento se o segundo é Lula ou Brizola — a escolha infeliz, embora esperada, do eleitorado.

Em um País em que cerca de 70% da população é tão desprovida de dinheiro quanto de letras e outros 25% são funcionalmente analfabetos ou pouca coisa melhor, nem se poderia querer diferente. A preferência das massas ignaras recairá sempre sobre os que lhes prometem pão e circo, assim na terra como no céu, a eletrônica facilitando e reforçando o discurso oco.

A hipnose da mentira colorida, e transmitida na velocidade da luz, torna muito difícil apagar os coros e suas mancadas, que dirá os demagogos e os ilusionistas. Esta é uma realidade do mundo contemporâneo, e, se não queremos reduzir a disputa política a concursos de beleza ou popularidade artística, temos de enfrentar o problema com leis que protejam as instituições, sem impedir a transmissão de idéias.

A estas alturas, uma parte da ressaca deve-se à certeza de que estamos condenados a cinco anos de reinado — na prática incontestável — de um desses medíocres vencedores do primeiro turno. Há, porém, no horizonte, outros chamados à sobriedade.

A questão mais grave nem é a falsa divisão entre direita e esquerda, pois o sr. Collor de Mello, o mais provável vencedor do turno de dezembro, escapa, como tantos de nossos políticos, a essas classificações e se insere naquele personalismo oportunista da trágica tradição sul-americana. Como Getúlio, Jânio e Sarney antes dele, o sr. Collor é um catavento, virando para cá e para lá conforme lhe é mais propício.

Problema maior virá da falta de apoio parlamentar dos dois candidatos e da desconfiança que lhes votou a classe média de quase todas as capitais do País. Isto para não falar que mais de 50% do eleitorado de São Paulo, o motor do Brasil, recusou-se a endossar o populismo e o obsoletismo de suas propostas.

O vitorioso no último turno tentará — terá de tentar — formar um arremedo de governo de união nacional, com os governadores — no ano final de mandato e quase todos agora derrotados — e com os congressistas — mais preocupados com as eleições de outubro de 1990. Vita brevis. Neste ambiente de partidos destroçados, as feridas da campanha ainda vivas, é virtualmente impossível formarem-se alianças duradouras.

Se o escolhido for o sr. Collor, ainda poderá formar um Centro capaz de conquistar muitas vitórias nas eleições regionais, principalmente no Nordeste e nos ca-

fundós do País. Acontece que isto terá um preço muito alto para os nossos cofres exauridos, que ainda terão de distribuir dividendos aos acionistas da milionária campanha do marajá dos caçadores de voto.

Não é preciso lembrar, além disso, que a tarefa de conduzir o barco nacional em meio a esta tormenta é dose pra leão. Ora, nenhum observador isento reconhecerá nos candidatos atributos leoninos. Ao contrário, suas capacitações são até bem modestas, embora seus eleitores — eis o perigo — esperem deles mágicas elefantinas. Prometeu tem de cumprir, ou desiludir, outra vez, o povo. E pior são as elites rapinantes, cuja volúvel simpatia está na razão direta dos lucros e na inversa do quadrado de tudo que lhes ameaça os privilégios.

Dificuldades à espera do futuro presidente não faltam. Poderíamos listá-las por linhas e linhas. E não se trata de agouros, mas de evidências. Realidades presentes demais para que se pense que o estado de suspensão inanimada a que foram relegadas pela disputa eleitoral possa perdurar. Infelizmente não é assim. As dificuldades estão aí, são enormes, e as festas da República e a natural trégua na posse não vão fazê-las desaparecer por encanto.

Passada essa tão próspera vitória, a vitória da liberdade reconquistada (apesar do sr. Sarney, e não por causa dele), reconquistado o direito de decidir, é preciso decidir avançar mais.

A Constituinte, pressionada pelo Executivo, criou um regime híbrido a meio caminho entre presidencialismo e parlamentarismo, que torna tudo ainda mais dificultoso. Prevê a Constituição um plebiscito em 1993, para decidir se esse gatorro é gato ou vira só cachorro.

Ora, mais vale prevenir do que remediar. Não se deve antecipar o parlamentarismo para cercar o eleito de dezembro, mas não se pode também deixar de preparar a sua implantação apenas para agradá-lo. E é bem possível que as circunstâncias de um empate entre Executivo e Legislativo ou de um agudo descontentamento popular aconselhem a adoção do parlamentarismo antes de 93.

Afinal, o Brasil tem pressa. Temos de recuperar o atraso e, o pior de tudo, a gota d'água na divisão tão clara, entre os centros progressistas e os redutos retrógrados, mostrada pela apuração, será nosso estacionamento forçado por um outro governo incompetente como o atual.

A certeza cristalina mostrada pelas urnas é que o Brasil quer avançar e quer mudar. A impressionante manifestação popular, agora sim, proclamou sua crença numa República democrática com ordem e progresso. O povo não vai mais deixar cair esta bandeira.

Geraldo Forbes é membro do Conselho do Instituto de Estudos Avançados da USP